



Número: **0602515-76.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Carlos Alberto Costa Ritzmann**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Federal**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA, CPF: 511.209.847-34, candidata ao cargo de Deputado Federal, pelo Partido Avante - AVANTE (PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL - PT DO B).**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes  |                    | Procurador/Terceiro vinculado               |         |
|---|--------------------|---|---------|
| ELEICAO 2018 NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA DEPUTADO FEDERAL (RESPONSÁVEL) |                    | JADIEL VINICIUS MARQUES DA SILVA (ADVOGADO) |         |
| NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA (REQUERENTE)                                |                    | JADIEL VINICIUS MARQUES DA SILVA (ADVOGADO) |         |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)                                  |                    |   |         |
| Documentos  |                    |   |         |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento                                   | Tipo    |
| 9757666   | 15/09/2020 09:01   | <a href="#">Acórdão</a>                     | Acórdão |

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO Nº 56.265**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS 0602515-76.2018.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator: CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN**

**RESPONSÁVEL: ELEICAO 2018 NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA  
DEPUTADO FEDERAL**

**ADVOGADO: JADIEL VINICIUS MARQUES DA SILVA - OAB/PR58535**

**REQUERENTE: NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA**

**ADVOGADO: JADIEL VINICIUS MARQUES DA SILVA - OAB/PR58535**

**FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral1**

**EMENTA-** ELEIÇÕES 2018 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - DEPUTADA FEDERAL - CANDIDATA NÃO ELEITA - LEI Nº9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº23.553/17 – TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO PARA A CONTA DESTINADA A OUTROS RECURSOS – OMISSÃO DE DESPESAS. NOTAS FISCAIS CONSTANTES NA BASE DE DADOS DA JUSTIÇA ELEITORAL. IRREGULARIDADE GRAVE – DISPARIDADE ENTRE OS RECURSOS RECEBIDOS E A QUANTIDADE DE VOTOS. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS À PROCURADORIA - DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.

1. Em que pese a prestadora tenha, indevidamente, transferido os recursos oriundos do Fundo Partidário para a conta bancária destinada a “Outros Recursos”, a inconformidade não prejudicou a análise das movimentações financeiras, pois foram apresentados os documentos comprobatórios das despesas e os valores transitaram pelas contas de campanha.

2. A omissão de gastos eleitorais, cuja origem sequer pode ser precisada, prejudicam a efetiva análise, verificação e fidedignidade das contas apresentadas, ensejando sua desaprovação. Valor total e gravidade da irregularidade que impedem a mera aposição de ressalvas.

3. Diante da disparidade entre o valor de recursos movimentados pela prestadora (R\$27.206,01) e a quantidade de votos obtidos (353), recomenda-se a remessa de cópia dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral, para os devidos fins.



4.Contas desaprovadas, com determinação de remessa de cópias para a Procuradora Regional Eleitoral.

## DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 11/09/2020

RELATOR(A) CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN

## RELATÓRIO

1.Trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA**, relativa às Eleições 2018, em que concorreu ao cargo de deputada federal pelo partido AVANTE e não foi eleita (ID 663316 e seguintes).

2.Publicado o edital, decorreu o prazo legal sem impugnação (ID 954616).

3.Inicialmente a Seção de Contas Eleitorais e Partidárias deste Tribunal apresentou relatório apontando diligências a serem atendidas pela requerente (ID 3411366). Devidamente intimada, apresentou manifestação (ID 3717366).

4.Ante a manifestação apresentada pela prestadora, aquele setor técnico elaborou **parecer conclusivo pelo julgamento das contas como desaprovadas** (ID 5705016), apontando as seguintes irregularidades remanescentes: I) transferência integral de recursos recebidos do Fundo Partidário para a conta “Outros Recursos” (item 6) e, II) omissão de despesas constantes na base de dados da Justiça Eleitoral (item 5.1).

5.Embora intimada (ID 6585566), a requerente não se manifestou sobre o relatório conclusivo.

6.A Procuradoria Regional Eleitoral, em parecer de ID 6778716, manifestou-se pela **desaprovação das contas**, nos termos do artigo 77, inciso III, da Resolução TSE.

É o relatório.

## VOTO

1.Como visto no relatório, trata-se de prestação de contas de campanha apresentada por **NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA**, então candidata ao cargo de deputada



federal nas eleições gerais de 2018, cuja competência originária é deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e é regida pela Lei nº9.504/97, regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral através da Resolução nº23.553/2017. **A então candidata obteve 353 votos.**

2. Inicialmente, verifica-se que a requerente apresentou, de maneira tempestiva, suas prestações de contas parcial, em 12.09.2018, e final, em 06.11.2018, em conformidade com os artigos 50, §4º, e artigo 52 da já mencionada Resolução.

3. Os recursos utilizados na campanha totalizaram **R\$27.206,01** sendo:

- **R\$5.000,00** de doações financeiras de recursos do Fundo Partidário;
- **R\$2.820,00** de doações efetuadas a título de recursos próprios;
- **R\$1.018,01** de doações recebidas de pessoas físicas;
- **R\$18.368,00** de doações estimáveis em dinheiro, repassadas pelo partido político, sendo R\$7.500,00 oriundos do FEFC, R\$2.898,00 do Fundo Partidário e R\$7.970,00 de outros recursos.

4. Não houve recebimento de recursos de fonte vedada ou de origem não identificada.

5. Adentrando na análise das contas prestadas, o **relatório conclusivo do órgão técnico** (ID 5705016) apontou as seguintes irregularidades remanescentes:

**I) Transferência integral de recursos recebidos do Fundo Partidário para a conta “Outros Recursos” (item 6):**

O setor técnico aponta que houve transferência integral do valor de **R\$5.000,00**, recebido do Fundo Partidário, para a conta “Outros Recursos”, resultando em sobra negativa de “outros recursos” e positiva de recursos do Fundo Partidário no Demonstrativo de Receitas e Despesas (ID 663416).

Isto caracteriza o descumprimento do disposto no artigo 11[1] da Resolução TSE. Afinal, se existe a obrigação dos candidatos abrirem conta específica para recebimento de recursos oriundos do Fundo Partidário, é certo que se espera que os valores sejam movimentados apenas na conta correspondente.

No entanto, o setor técnico ressaltou em seu parecer que a inconformidade não prejudicou a análise das movimentações financeiras, pois foram apresentados os documentos comprobatórios das despesas e os valores transitaram pelas contas bancárias de campanha.

Em caso praticamente análogo ao presente, assim decidiu esta Egrégia Corte:

*PRESTAÇÃO DE CONTAS. ELEIÇÕES 2018. DEPUTADO FEDERAL. TRANSFERÊNCIA EQUIVOCADA DE RECURSOS DO FEFC PARA A CONTA “OUTROS RECURSOS”. POSSIBILIDADE DE FISCALIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA NOS VALORES FINAIS DO SALDO LÍQUIDO NEGATIVO E DA SOBRA FINANCEIRA DE RECURSOS DO FEFC. FALHA QUE NÃO COMPROMETEU A ANÁLISE E A CONFIABILIDADE DAS CONTAS. EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE DE FUNDO DE CAIXA EM PERCENTUAL ELEVADO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. IRREGULARIDADE GRAVE. LEI 9.504/1997, ART.29, III E RES.-TSE 22.553/2017, ARTS.52 E 77, II. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.*

*1. Os partidos políticos e os candidatos devem abrir contas bancárias distintas e específicas para o recebimento e a utilização de recursos oriundos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, na hipótese de repasse de recursos dessas espécies.*



2. A transferência de recursos da conta destinada à movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC para a conta “Outros Recursos”, ainda que feita de forma equivocada, viabiliza a fiscalização acerca da fonte, não impedindo o controle por esta Justiça Especializada.

**3. Na espécie, a transferência de recursos do FEFC para a conta “Outros Recursos”, realizada de forma equivocada, assim como o lançamento equivocado dos referidos recursos no extrato final da prestação de contas, geraram divergências nos valores finais referentes ao “saldo líquido negativo” e à “sobra de recursos do FEFC”. Todavia, a confiabilidade das contas não restou afetada, pois não houve embaraço à atividade de controle da Justiça Eleitoral.**

4. O pagamento de despesa em dinheiro, no valor de R\$1.200,00, com a constituição de Fundo de Caixa irregular, correspondendo a 100% do total de despesas contratadas, reveste-se de gravidade suficiente a ensejar a desaprovação das contas, não autorizando a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

5. Desaprovação das contas.

**(TRE-PR. PC 0603264-93.2018.6.16.0000, Acórdão nº55.915 de 20/02/2020, Relator ROBERTO RIBAS TAVARNARO, Publicação: DJ - Diário de Justiça 02/03/2020).**

Desta forma, tendo em vista que foi possível a plena fiscalização dos recursos, tal irregularidade permitiria a aposição de ressalvas nas contas, caso fosse isoladamente considerada.

## **II) Omissão de despesas constantes na base de dados da Justiça Eleitoral (item 5.1):**

Foram identificadas omissões de despesas na prestação de contas em exame, através do confronto com duas notas fiscais eletrônicas de gastos eleitorais. Veja-se:

| DADOS OMITIDOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS |                    |   |                             |                          |                |                     |
|---------------------------------------|--------------------|---|-----------------------------|--------------------------|----------------|---------------------|
| DATA                                  | CPF/CNPJ           | FORNECEDOR                                    | Nº DA NOTA FISCAL OU RECIBO | VALOR (R\$) <sup>1</sup> | % <sup>2</sup> | FONTE DA INFORMAÇÃO |
| 11/09/2018                            | 22.888.492/0001-36 | HEMILLY JESSICA BREDON BEZERRA<br>06808318948 | 33                          | 1.500,00                 | 16,97          | NFE                 |
| 06/10/2018                            | 14.918.901/0001-71 | 19 - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA               | 49                          | 12,99                    | 0,15           | NFE                 |

<sup>1</sup> Valor total das despesas registradas

<sup>2</sup> Representatividade das despesas em relação ao valor total

Na manifestação de ID 3717366, a prestadora se limita a afirmar que desconhece a origem dos documentos fiscais apontados e que estes não correspondem a despesas efetivamente contratadas durante a campanha.

No entanto, o fato é que as notas fiscais eletrônicas foram emitidas com o CNPJ de campanha da requerente, o que presume a existência das despesas. Ademais, o setor técnico indicou que, em relação à fornecedora HEMILLY JESSICA BREDON BEZERRA, foram registradas três outras despesas na prestação de contas em análise, comprovadas por notas fiscais diversas da acima apontada.



Diante de tais apontamentos, cabia à prestadora diligenciar junto aos fornecedores buscando esclarecimentos ou o cancelamento dos referidos documentos fiscais.

Esta situação revela indícios de omissão de gastos eleitorais na prestação de contas em exame, infringindo o que dispõe o artigo 56, inciso I, letra g, da Resolução TSE nº 23.553/2017:

*Art.56 - Ressalvado o disposto no art.65 desta resolução, a prestação de contas, ainda que não haja movimentação de recursos financeiros ou estimáveis em dinheiro, deve ser composta, cumulativamente:*

*I - pelas seguintes informações:*

*(...)*

*g) receitas e despesas, especificadas;*

*(...).*

Tal irregularidade se reveste de inegável gravidade, vez que denota omissão de gastos eleitorais, cuja origem dos recursos sequer pode ser precisada.

Os referidos gastos totalizam **R\$1.512,99**, quantia que representa **5,56%** do total de recursos movimentados pela candidata durante a campanha. A relevância de tal valor e a gravidade da irregularidade ensejam a desaprovação das contas, impedindo a invocação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para eventual aprovação das contas com ressalvas.

6.Portanto, uma vez que a irregularidade apontada no **item II** é grave, pois prejudicou a efetiva análise, verificação e fiscalização das contas por esta Justiça Especializada, conclui-se por sua **desaprovação**.

7.Finalmente, é de se ressaltar que os recursos utilizados na campanha da prestadora totalizaram **R\$27.206,01**, inclusive com o recebimento de doações financeiras de recursos do Fundo Partidário. No entanto, obteve apenas **353 votos**. Destaca-se ainda a omissão de despesas que, se efetivamente contratadas e pagas, o foram com recursos que não transitaram pelas contas de campanha. Assim, revela-se recomendável a **remessa de cópia do autos à Procuradoria Regional Eleitoral**, para os devidos fins.

8.**ISTO POSTO**, diante da argumentação acima expendida e com fundamento no artigo 30, inciso III, da Lei nº9.504/97 c/c o artigo 77, inciso III, da Resolução TSE nº23.553/2017, **voto no sentido de julgar DESAPROVADAS as contas apresentadas por NERLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA**, referente às eleições de 2018, em que concorreu ao cargo de deputada federal e não foi eleita.

9.Considerando a disparidade entre os recursos públicos recebidos e a quantidade de votos obtidos pela prestadora, determina-se a remessa de cópia dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral, para os devidos fins.

**Carlos Alberto Costa Ritzmann**

## Relator

[1] Art.11 - Os partidos políticos e os candidatos devem abrir contas bancárias distintas e específicas para o recebimento e a utilização de recursos oriundos do Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) e para aqueles provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), na hipótese de repasse de recursos dessas espécies.

### EXTRATO DA ATA

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602515-76.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DR. CARLOS ALBERTO COSTA RITZMANN - REQUERENTE: NARLI BLANCO RESENDE PINTO DE SOUZA - Advogado do(a) REQUERENTE: JADIEL VINICIUS MARQUES DA SILVA - PR58535

### DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte desaprovou as contas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Vitor Roberto Silva, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann, Thiago Paiva dos Santos, Desembargador Federal Fernando Quadros da Silva e Roberto Ribas Tavnaro. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado.

SESSÃO DE 11.09.2020.

